



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



posso vir aqui e não falar sobre isso, porque a questão da saúde da população negra é uma reivindicação de muitos anos de movimento negro, e a Nísia (Trindade, ministra da Saúde) traz isso para o gabinete dela e acolhe. E agora tem um plano nacional para a saúde mental dos jovens negros, principalmente para os homens. É um leque, para que a gente possa, de fato, levar para a juventude deste país e esperança de vida, seja com bolsos, seja com intercâmbio, seja com acesso à saúde, à empregabilidade. E encontramos os parceiros para que isso dê certo.

Essa é a ação mais importante que foi feita para a juventude negra da história do Brasil. Qual é o primeiro ato concreto que a senhora gostaria de destacar?

Acho que esse da saúde mental, para mim, é um carro-chefe. Muitas pessoas hoje não reconhecem a importância de cuidar da saúde mental, de dar uma parada, de ter esperança de vida. Quando a Nísia aceita fazer e garantir, por meio dos municípios, porque não tem como esse plano ser implementado apenas pela União, a gente está fazendo esse conjunto com os governos e com os municípios. É importante falar também que esses municípios aceitaram essas participações e que estão conosco lado a lado, independentemente das posições que eles hoje carregam politicamente. Eles precisam entender que a juventude dele está viva. Esse é o meu diálogo maior, que é uma missão desde que eu perdi a minha irmã, e as pessoas falavam: "Não quero falar com ela porque ela é a irmã da Marielle". O diálogo é a base de tudo. Se a gente se respeitar, mesmo que discorde, a gente tem que falar. Foi assim que nós entramos e viajamos o Brasil inteiro com o Movimento Juventude Viva. Esse, pra mim, é um projeto incrível e que as pessoas precisam saber e ter acesso.

Há outros pontos importantes do programa?

Quando a gente fala de empregabilidade, não fala: "Vou contratar uma empresa X que vai contratar mil jovens negros por ano". A gente já tem inúmeras empresas que aceitaram esse recorte conosco. Os intercâmbios que fizemos para licenciaturas para pós-graduação, graduações, ter acesso a outra cultura, ter acesso dentro das casas de cultura, com a ministra da Cultura, Margareth Menezes. A partir dali, pensar a cultura negra, que também é fundamental, e uma boa parte da população da cultura, mais 30%, são de pessoas negras. Acatar e aceitar, pensar a segurança e o combate à vulnerabilidade com as câmeras nos uniformes (dos policiais). Isso não é um projeto do Plano Juventude Negra, é um projeto que existe em quase todas as capitais que têm maior índice de violência. Esse projeto é para impulsionar e entra com recursos do Ministério da Justiça. Esse é um plano que tem R\$ 1 milhão de investimento para os próximos quatro anos. Já iniciamos a



Um serviço público mais plural é um serviço público mais democrático, mais racializado, mais diverso. Espero que a gente consiga essa vitória até junho"

fase de debater com a Casa Civil, o presidente aprovar. Agora estamos em cima para que cada ministério cumpra com a sua parte, e temos feito isso pessoalmente, tanto eu quanto Roberta Eugênio, que é secretária executiva do ministério, para garantir uma boa participação, adesão e a concretização desse plano.

O Projeto de Lei 1958/2021, sobre cotas para negros em concursos públicos, está no Congresso. Qual é a sua avaliação?

É impossível começar a falar do projeto de lei no serviço público sem falar da nossa vitória e do avanço que a gente teve, no ano passado, da lei de cotas no ensino superior. Articulamos tanto no Senado quanto na Câmara. Foi muito importante e muito bonito termos conseguido renovar. Muita gente não entendia a importância da lei de cotas e até hoje reivindicam, mas de 3%, há 20 anos, de pessoas declaradas negras. A gente foi um dado histórico que conta muito para que a gente, agora, pressione a lei de cotas no serviço público, porque uma lei que, durante 10 anos, infelizmente, a gente passou um bom tempo sem concurso público. Agora, a gente está a poucos meses de essa lei expirar e acabar. Então não é como a lei de cotas. Se ela não for renovada, acaba. Pela primeira vez, neste ano, o Ministério da Gestão e Inovação está fazendo o nosso Concurso Nacional Unificado, que tem dois milhões de pessoas inscritas, 56% das pessoas inscritas são mulheres, e 420 mil pessoas declaradas negras. A gente está falando de um concurso que as pessoas estão esperando há muito tempo e que, se a gente não consegue renovar, a gente vai ter algum problema com essas pessoas. O ponto é que a gente tem que, não só renovar, mas também aprimorar essa lei, porque eu acho que a gente precisa fazer esse debate com qualidade e explicar por que essa lei é importante.

O que falta para isso?

Agora com a renovação, a gente traz para incluir na lei quilombolas e indígenas. Pela primeira vez, a gente teve o censo quilombola e o censo indígena. A gente precisa

reconhecer a existência dessas populações. O segundo ponto, que remete ao que falei inicialmente, que é muito tempo sem ter concurso público, as pessoas urgem por isso, estão esperando isso por muito tempo. E aí volta um governo que decide fazer, e não só isso: a qualidade dos serviços nos atendimentos, para quando você chegar ao lugar ser atendida pelos seus, que entendem o que você passa e pensa. Por isso que, quando a gente fez o decreto, no início do ano passado, e que está aí, com metas estipuladas, que está caminhando de 30% de pessoas negras na administração pública, é o dever de casa. Eu não posso falar para você cuidar da sua casa se eu não cuido da minha, então, eu tenho que cuidar da minha primeira. O PL de cotas é uma articulação nacional. Estive com o Rodrigo Pacheco, sentei com os senadores, a proposta está na CCJ, e é terminativo lá. A votação está prevista para 9 ou 13 de abril no Senado. Sendo aprovado, já vai direto para a Câmara, onde continua nossa articulação, que está sendo feita desde o ano passado. Um serviço público mais plural é um serviço público mais democrático, mais racializado, mais diverso. Espero que a gente consiga essa vitória até junho.

Como tem sido a receptividade no Congresso?

Tem sido boa. Acho que, independentemente do posicionamento, é algo que sempre tentado passar e fazer. Não acredito na maneira de fazer política grosseira, de ódio, fake news, de galvanar de horror, mas eu gosto de ser respeitada. Quando a gente senta para debater e falar sobre um caso como esse, que é tão importante, as pessoas entendem e acatam. Quem aceitar sentar conosco para que a gente apresente os números, os dados e aceite estar conosco nessa demanda, que é histórica no movimento, mas também para o país, a gente fará.

Em que Casa a senhora acha que seria mais difícil o convencimento?

Talvez na Câmara. Temos um respaldo suficiente para mostrar o quanto é importante se renovar. A gente tem se articulado muito no Congresso, pois é necessária essa união e coletividade, que só traz ganhos e benefícios para a população brasileira. Os líderes do governo também têm ajudado com esse encaminhamento. Estou confiante e tenho chamado todos os deputados e deputadas para, não só dialogar, mas construir e pensar juntos para essa aprovação.

Em relação à representação dos negros na política, quais são os locais que a senhora tem boas expectativas?

Tenho boas esperanças e expectativas em todos. Nós, à frente do ministério, às vezes não conseguimos dar conta de tudo do lado de fora, mas temos que dar conta do lado de dentro. Porém, eu acredito que tem um efeito e um movimento de bancadas negras. Começando

pela nossa própria bancada negra no Congresso, é histórico, há ali lideranças muito importantes, que vão impulsionar os municípios Brasil a fora. Na minha leitura política, acredito que vamos ter um retrato do que se pode esperar para 2026. Tenho visto muitas movimentações de vários candidatos e candidatas negras, tanto prefeitáveis quanto vereanças, que, historicamente, há muitos anos não tínhamos. Tem crescido o interesse, a representatividade, mas também os acessos. O que temos hoje, no Congresso, se mostra no número de deputadas. No Rio de Janeiro, temos um número que, há alguns anos, não era uma realidade.

Isso pode ser visto como uma consequência do seu trabalho?

Espero que sim. Não é um lugar fácil. Quando eu perdi a minha irmã, me perguntei: "Quem cuida agora dessas mulheres negras que foram eleitas?". Eu me fiz essa pergunta há quatro anos, na primeira eleição municipal após a morte da Marielle. Não dá para que a gente chegue a espaços, e as pessoas pensem que é só uma cota. É uma mentalidade que precisa ser mudada dentro da política constitucional brasileira. As mulheres e homens que estão chegando, corajosamente, com os seus corpos nesses espaços, precisam ser respeitados, além de entenderem que têm dimensão e protagonismo tanto quanto qualquer outro. O meu trabalho pode impulsionar, porém é uma luta mais histórica, daqueles que vieram antes.

O que vemos no Congresso é um machismo muito grande, seja interrompendo, seja agredindo as mulheres. Como lidar com esse pessoal?

Se fosse comigo, eu não sei qual seria a minha reação, quando o deputado foi para cima da deputada Talíria Petrone (PSol-RJ), dizendo: "A Marielle acabou". Todo mundo gosta de comprar uma boa briga, ainda mais quando você tem um histórico de lutar pelo que acredita. Contudo, estou falando de uma boa briga em prol da população. Aquele não é um lugar para show de fake news e horrores. É inadmissível o que é feito com aquelas mulheres lá dentro. É uma falta de respeito enorme, uma falta de comprometimento com as pautas da população. Quem vota nessas pessoas precisa estar atento. Não tem como dar 1 milhão de votos para um cidadão que, no dia a dia, não respeita as mulheres que trabalham com ele, mesmo que pensem diferente.

E o letramento racial para a polícia?

Se esse policial tivesse tido acesso, oportunidade, instrução, educação, cultura, talvez chegaria diferente naquele lugar. Tem que garantir o acesso desde pequeno, com dignidade. Para que se tomem adultos e profissionais respeitados.

* Estagiárias sob a supervisão de Cida Barbosa

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Amazônia deslumbra Macron; Mercosul, nem um pouco

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou todo o seu poder de sedução para estreitar a parceria do Brasil com a França, mas o presidente francês, Emmanuel Macron, que se deslumbrou com a beleza e a imensidão da Amazônia, não cedeu nem um pouco na sua objeção à assinatura do acordo do Mercosul com a União Europeia, uma prioridade da política externa brasileira na parceria entre os dois países. Entretanto, as fotos de Lula e Macron de mãos dadas, ao lado da Samaúma, a maior árvore da Amazônia, na Ilha de Combu, e navegando pelo Rio Guamá, em Belém, viralizaram nas redes sociais e tiveram muita repercussão na França.

Na chegada a Belém, Lula e Macron foram à Ilha de Combu, na margem sul do Rio Guamá. O trajeto incluiu a travessia do rio e a navegação por uma área de igarapés, onde os dois líderes puderam ter contato com a Floresta Amazônica preservada. Organizada pelo Itamaraty, a programação da visita teve por objetivo mostrar ao presidente francês a complexidade da questão amazônica e as alternativas de desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista do marketing político, ambos faturaram a visita internacionalmente. Lula sinalizou que o Brasil continua sendo uma potência regional que serve de referência para a Europa e todo o Ocidente, ainda mais por causa da parceria estratégica no plano militar com os franceses. A França é uma das grandes potências da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que mantém uma guerra por procuração com a Rússia na Ucrânia.

Macron anunciou um ambicioso projeto de conservação binacional entre o Brasil e a Guiana Francesa (território ultramarino francês que faz fronteira com o Amapá), com a criação de um centro de referência em pesquisas científicas com vistas ao desenvolvimento sustentável, no qual serão investidos US\$ 2 bilhões por ambos os países. Macron considera a França uma "potência amazônica". A Guiana Francesa abriga sua base de lançamento de satélites e tem uma ligação rodoviária entre Caiena e Macapá (AP). A maior fronteira francesa é com o Brasil.

A condecoração do cacique Raoni Metuktire, líder do povo kayapó, com a ordem do cavaleiro da Legião de Honra da França, foi um gesto carregado de simbolismo de Macron. A medalha criada por Napoleão Bonaparte, em 1802, é a maior honraria concedida pela França aos seus cidadãos e a estrangeiros que se destacam por suas atividades no cenário global. A foto da condecoração, em plena aldeia indígena, foi o cartão de visitas de Macron ao Brasil.

Ao receber a medalha, Raoni agradeceu em kayapó e aproveitou a deixa para protestar contra a construção da Ferrogrão, que ligará Sinop, no Mato Grosso, ao porto de Miriutuba, no Pará, com 933 quilômetros de extensão. Custará R\$ 12 bilhões e cruzará áreas de preservação e terras indígenas. Lula defendeu a demarcação das terras indígenas ao discursar, mas saiu pela tangente: ignorou o assunto porque não se opõe à construção da ferrovia.

Vetores conflituosos

Lula e Macron participaram, ontem, do lançamento do novo submarino brasileiro construído no Complexo Naval de Itaguaí, por meio de um acordo de cooperação tecnológica com a França. Macron disse que potências pacíficas como França e Brasil têm de "falar com firmeza e força". Fez um discurso que soa como música aos ouvidos de Lula: "Nós temos a mesma visão de mundo. Rejeitamos um mundo que seja prisioneiro dos conflitos entre duas grandes potências. E temos de defender nossa independência, nossa soberania e o direito internacional".

A expectativa é de que o ProSub gere mais de 60 mil empregos diretos e indiretos. Cerca de 700 empresas estão envolvidas no projeto. Com mais de 71 metros de comprimento e 1.870 toneladas, o submarino Tonelero (Submarino Convencional com Propulsão Diesel-Elétrica) é a terceira embarcação construída no âmbito do programa.

A parceria inclui a construção de um complexo de infraestrutura industrial e de apoio à operação de submarinos, o que abrangerá estaleiros, base naval e uma unidade de fabricação de estruturas metálicas em Itaguaí. O ProSub já resultou na entrega dos submarinos Humaitá e Riachuelo. A próxima entrega será a do submarino convencional Angostura. Está também prevista a fabricação do submarino brasileiro com propulsão nuclear Álvaro Alberto.

Os vetores conflituosos da visita foram objeto de muitas negociações. No caso do Mercosul, o conflito interno de Macron com os agricultores franceses não tem solução de curto prazo. Apesar das pressões de Alemanha, grande aliada do Brasil na negociação do acordo com a União Europeia, a extrema direita francesa, hoje muito poderosa, mantém Macron acuado na questão do Mercosul.

O outro problema é a construção do submarino nuclear. Além do grande atraso no programa, por falta de liberação de recursos pelo governo, existe um gargalo tecnológico e outro institucional ainda não resolvidos: o Brasil produz o reator, mas depende da cessão de tecnologia francesa para a transmissão da energia nuclear às baterias elétricas que movimentarão o submarino; e há um impasse institucional quanto ao manejo dos resíduos de plutônio que resultarão do uso de urânio pelos reatores do submarino, já que o Brasil não assinou o Protocolo Adicional do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, que controla o uso desses materiais. O tratado não prevê a existência de submarino nuclear com armamento convencional.